OAB de bolso

1º SIMULADO

XXXVI

EXAME DE ORDEM

2ª FASE

POR QUE FAZER O SIMULADO?

São muitos os benefícios. Veja abaixo os principais:

Para tirar todas as suas dúvidas, assista à resolução em vídeo deste simulado que será disponibilizada na área de Videoaulas do aplicativo OAB de Bolso!

Conheça os benefícios para a 2ª fase dos Estudantes Premium do OAB de Bolso:

- **Simulados com resolução em vídeo:** você terá acesso a simulados como esse, totalmente resolvidos em video por nossa equipe de Professores.

- **Top 10 Gabaritado:** os principais assuntos da prova de 2ª fase são abordados através de uma sequência de videoaulas com resolução de questões.

- **Peças comentadas:** você precisa aprender o que a banca espera de você durante a prova. Através dos comentários e vídeos sobre as peças, você poderá adquirir a segurança necessária no dia do Exame.

- **Dicas Diárias:** Você poderá acessar dicas de estudo diariamente, além de poder visualizar as 30 últimas dicas.

- **Questões comentadas:** São muitas questões de segunda fase, comentadas em texto e em vídeo esperando por você.

- **Aula de marcação de Vade Mecum:** Uma videoaula desmestificando todas as suas dúvidas sobre a marcação do código.

Os materiais mencionados acima fazem parte de nosso cronograma, que é cuidadosamente preparado a cada edição do Exame de Ordem. Eles serão disponibilizados aos poucos até o dia da prova, não deixe de ser Estudante Premium e faça a sua preparação com o OAB de Bolso.

Para ser um Estudante Premium acesse: www.oabdebolso.com/comprar

Bom simulado.

Leia as informações abaixo com atenção.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Durante a aplicação da prova **não** será permitido:

a) qualquer tipo de comunicação entre os examinandos;
b) levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
c) portar aparelhos eletrônicos, tais como bipe, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou qualquer acessório de chapelaria, como chapéu, boné, gorro, etc., e ainda lápis, lapiseira, borracha ou corretivo de qualquer espécie.

- Será coletada a impressão digital dos examinandos no caderno de textos definitivos.
- O tempo disponível para esta prova será de 5 (cinco) horas, já incluído o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as respostas constantes do caderno de textos definitivos.
- Somente após decorridas duas horas do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem levar o caderno de rascunho.
- O examinando somente poderá retirar-se do local de aplicação, levando consigo o **caderno de rascunhos** (prova prático-profissional), a partir dos últimos **60 (sessenta)** minutos do tempo destinado à realização do Exame. Quando terminar sua prova, entregue o caderno de textos definitivos, devidamente preenchido e assinado, ao fiscal da sala.
- Os 3 (três) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas. Esses examinandos poderão acompanhar, caso queiram, o procedimento de conferência da documentação da sala de aplicação, que será realizada pelo Coordenador da unidade, na coordenação do local de provas. Caso algum desses examinandos insista em sair do local de aplicação antes de presenciar o procedimento descrito, deverá assinar termo desistindo do Exame. Caso se negue, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros examinandos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas.

Boa prova!

*__ATENÇÃO__: ANTES DE INICIAR A PROVA, VERIFIQUE SE __TODOS__ OS SEUS APARELHOS ELETRÔNICOS FORAM ACONDICIONADOS E LACRADOS DENTRO DA EMBALAGEM PRÓPRIA. CASO A QUALQUER MOMENTO DURANTE A REALIZAÇÃO DO EXAME VOCÊ SEJA FLAGRADO PORTANDO QUAISQUER EQUIPAMENTOS PROIBIDOS PELO EDITAL, SUAS PROVAS PODERÃO SER **ANULADAS**, ACARRETANDO EM SUA **ELIMINAÇÃO** DO CERTAME.

1º SIMULADO - 2ª FASE XXXVI EXAME DE ORDEM: DIREITO CONSTITUCIONAL

A resolução em vídeo do Simulado estará disponível na área de Videoaulas no app do OAB de Bolso

Acesse www.oabdebolso.com/download no seu celular para baixar o aplicativo.

PEÇA PROFISSIONAL

A Assembleia Legislativa do Estado Alfa aprovou a Lei nº 02/2021, a qual prevê a gratuidade para a execução pública de obras musicais e literomusicais e de fonogramas por associações, fundações ou instituições filantrópicas e aquelas oficialmente declaradas de utilidade pública estadual, sem fins lucrativos.

A Associação Nacional de Compositores e Músicos (ANACM) considera que a referida lei estadual ao prever hipóteses de não recolhimento dos valores pertinentes aos direitos autorais fora do rol da Lei federal nº 9.610/1998, é inconstitucional, dentre outros motivos, por retirar dos autores das obras musicais o seu direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução das obras ou do reconhecimento por sua criação.

O presidente na ANACM contratou os seus serviços como advogado(a) para que elabore a petição inicial da medida judicial cabível, de modo que o Tribunal competente reconheça a incompatibilidade do referido ato normativo estadual com a Constituição da República Federativa do Brasil. Considerando a urgência do caso, redija a petição inicial da ação adequada **(Valor: 5,00)**

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação

Veja o **comentário em vídeo** para essa questão do simulado na área de **Videoaulas** do aplicativo **OAB de Bolso**. Se você ainda não possui o aplicativo instalado em seu celular ou tablet, acesse: www.oabdebolso.com/download)

QUESTÃO 1

Mévio, em um evento de confraternização na empresa em que trabalha, ouviu de Carlos, alterado pela ingestão de bebida alcoólica, que este detinha um cargo em comissão no Tribunal de Contas da União, ao qual nunca comparecera, exceto para a retirada do contracheque, ao final de cada mês. Mévio se dirige, no dia seguinte, ao Tribunal de Contas da União e solicita cópia dos assentamentos funcionais relativos a Roberto, a fim de instruir uma ação judicial. O pedido administrativo foi dirigido ao Ministro Presidente daquela Corte de Contas, que resolveu negá-lo. Consternado, Mévio impetrou Habeas Data em face do Presidente do Tribunal de Contas da União.

Considerando a situação acima descrita, responda justificadamente aos itens a seguir.

A) Qual o Juízo ou Tribunal competente para julgamento do Habeas Data impetrado por Mévio? (0,40)

B) O dispositivo de lei que exige, para impetração do Habeas Data, demonstração da recusa ao acesso às informações, à luz do princípio da inafastabilidade de jurisdição, é constitucional? (0,40)

C) A pretensão de Mévio, nesse caso, pode ser veiculada por Habeas Data? (0,45)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Veja o **comentário em vídeo** para essa questão do simulado na área de **Videoaulas** do aplicativo **OAB de Bolso**. Se você ainda não possui o aplicativo instalado em seu celular ou tablet, acesse: www.oabdebolso.com/download)

QUESTÃO 2

Bernardo Cabral, servidor público estadual, respondeu a processo administrativo disciplinar sob a alegação de ter praticado determinada infração no exercício da função. Ao final, foi condenado e sofreu a sanção de advertência. A conduta de Bernardo, apesar de eticamente reprovável, somente foi tipificada em lei em momento posterior à sua prática, o que foi considerado irrelevante pela autoridade administrativa competente, pois "inexistiria norma constitucional vedando a retroação da lei que tipificou a infração administrativa." Além disso, Bernardo não constituiu advogado para sua defesa técnica no processo administrativo. Considerando a narrativa acima, responda aos questionamentos a seguir.

A) A tese da autoridade administrativa, no sentido de que a retroação da tipificação da infração não é vedada pela Constituição da República, está correta? Justifique. **(0,65)**

B) Sob a ótica constitucional, o processo administrativo a que João respondeu sem a representação técnica de advogado é válido? **(0,60)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Veja o **comentário em vídeo** para essa questão do simulado na área de **Videoaulas** do aplicativo **OAB de Bolso**. Se você ainda não possui o aplicativo instalado em seu celular ou tablet, acesse: www.oabdebolso.com/download)

QUESTÃO 3

Carlos, jovem graduado em direito, ficou extremamente feliz ao atestar a sua aprovação em concurso público de provas e títulos. Objetivando ser proativo e rapidamente reunir toda a documentação necessária para tomar posse, Carlos começou a buscar em sua casa os documentos indispensáveis para tal ato. Percebeu, contudo, que havia perdido um relevante certificado para a sua nomeação e posse: o seu diploma de conclusão de especialização. Desesperado, Carlos rapidamente se dirigiu à instituição de ensino pública federal responsável para solicitar uma segunda via de tal documento. Ao chegar ao local, logo explicou a sua situação e foi orientada a protocolizar pedido formal. Ao realizar o seu pedido como foi orientado, recebeu um incisivo e sonoro "não" da trabalhadora que o atendeu. A senhora em questão narrou que a única profissional que dominava a arte de preencher o sistema para que fosse elaborada a segunda via do diploma de Carlos estava de férias e que ela só retornaria dali a dois meses. Esse tempo inviabilizaria a nomeação e a posse de Carlos, pois ele precisava do documento para já. Carlos, então, contratou advogado para ajudá-lo. Diante do contexto narrado, responda aos itens a seguir:

Com base nessas informações, responda aos itens a seguir.

A) É possível ajuizar alguma medida judicial que solucione a questão de Carlos em tempo hábil? Em caso positivo, fundamente. Em caso negativo, justifique. **(0,65)**

B) Qual o órgão competente para apreciá-la e julgá-la? **(0,60)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Veja o **comentário em vídeo** para essa questão do simulado na área de **Videoaulas** do aplicativo **OAB de Bolso**. Se você ainda não possui o aplicativo instalado em seu celular ou tablet, acesse: www.oabdebolso.com/download)

QUESTÃO 4

Na última semana, a Assembleia Legislativa do Estado Beta editou uma lei que disciplina as obrigações contratuais relativas a seguros de veículos e regras de registro, desmonte e comercialização de veículos sinistrados. A Federação Nacional dos Corretores de Seguros (FENACOS), entidade sindical, ajuíza uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, afirmando na petição inicial a sua legitimidade ativa, alegando que representa judicial e extrajudicialmente os interesses, protegendo e defendendo os interesses da categoria econômica que ela representa, perante as entidades privadas e as autoridades públicas, nos moldes da Lei nº 4.594/64. Foi comprovada a pertinência temática. Diante dessas informações, responda aos itens a seguir:

A) A partir das normas constitucionais sobre as competências legislativas, a referida lei estadual possui algum vício de constitucionalidade? (0,70)
B) A FENACOS possui legitimidade para impugnar a referida lei estadual por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade? (0,55)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Veja o **comentário em vídeo** para essa questão do simulado na área de **Videoaulas** do aplicativo **OAB de Bolso**. Se você ainda não possui o aplicativo instalado em seu celular ou tablet, acesse: www.oabdebolso.com/download)